



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638627 - SP (2021/0001424-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO CÉSAR JERONYMO - SP235675
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS DOS SANTOS CALAZANS DE MATOS (PRESO)
CORRÉU : ALAN VITOR DE SOUSA
CORRÉU : MALONY RAMIRES BASTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS DOS SANTOS CALAZANS DE MATOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2243784-14.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 1º/4/2020 e denunciado pela suposta prática do crime previsto nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, pois se encontra "preso preventivamente desde o dia 1º/4/2020, ou seja, prazo que supera 8 meses, em estabelecimento com ocupação superior à sua capacidade" (fl. 4).

Requer a "concessão de liminar para que o paciente aguarde em liberdade o deslinde da persecução penal, ou ainda, em prisão domiciliar, expedindo-se alvará de soltura" e, no mérito, "requer-se o relaxamento da prisão, ratificando-se a liminar inicialmente deferida" (fl. 12).

É, no essencial, o relatório. Decido

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 635.847, cuja liminar já foi analisada e foi indeferida por essa Presidência.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente